



HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, HISTORIOGRAFIA E METODOLOGIA

Desenvolvimentismo em debate: Celso Furtado, Florestan Fernandes e o sentido histórico da industrialização no Brasil de JK (1956-1961)¹

Developmentalism in debate: Celso Furtado, Florestan Fernandes and the historical meaning of industrialization in the Kubitschek government (1956-1961)

Bruno Cesar Cassani Medeiros²

RESUMO: Este artigo apresenta uma síntese dos resultados de uma pesquisa sobre o significado histórico atribuído por Celso Furtado e Florestan Fernandes à entrada de grandes empresas estrangeiras produtoras de bens de consumo duráveis no Brasil, durante o governo Kubitschek (1956-1961). Questionamos em que medida os desdobramentos do processo de industrialização pesada, assentado na produção de bens duráveis de consumo, foram estratégicos para sanar as “promessas de desenvolvimento” postas naquele período de rápidas transformações e contribuiriam para retirar elementos arcaicos de um passado colonial que insistia em se recolocar a cada novo histórico estágio. A interpretação realizada enfatiza que na fase de aceleração da industrialização estudada, o subdesenvolvimento foi mobilizado pelo novo padrão de acumulação de capital a nível mundial que se consolidava, o capitalismo monopolista, e, neste sentido, instrumentalizado pelas grandes empresas estrangeiras que se instalaram na economia brasileira.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Celso Furtado. Florestan Fernandes.

ABSTRACT: This article presents a synthesis of a research on the historical significance attributed by Celso Furtado and Florestan Fernandes to the entry of large foreign companies producing durable consumer goods in Brazil, during the Kubitschek administration (1956-1961). We questioned to what extent the unfolding process of heavy industrialization was strategic to remedy the “promises of development” during

¹ O artigo é uma versão resumida do Capítulo IV da dissertação de mestrado do autor, “*Capitalismo dependente e a implantação da indústria de bens de consumo duráveis no governo Kubitschek (1956-1961): um estudo a partir das interpretações de Celso Furtado e Florestan Fernandes*”, financiada pela CAPES.

² Bacharel em Ciências Econômicas (IE-UNICAMP), mestre em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP) e doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP). Email: medeiros.brunocassani@gmail.com



those years marked by rapid transformation, contributing to remove archaic elements from a colonial past that insisted on replacing itself in each new historical stage. The interpretation carried out emphasizes that in the phase of industrial acceleration here studied, underdevelopment was mobilized by the new pattern of capital accumulation at a world level that was being consolidated, monopoly capitalism, and, in this sense, instrumentalized by the large foreign companies settled in Brazil.

Keywords: Dependent capitalism. Celso Furtado. Florestan Fernandes.

Introdução

Este trabalho apresenta uma síntese dos resultados de uma pesquisa sobre o sentido histórico atribuído por Celso Furtado e Florestan Fernandes à entrada das grandes empresas estrangeiras produtoras de bens de consumo duráveis no Brasil, durante o governo Kubitschek (1956-1961)³. O enfoque nas interpretações elaboradas por esses dois autores ao longo de uma extensa vida intelectual permite a reflexão sobre o processo de industrialização pesada na periferia do sistema capitalista, as possibilidades de superação do subdesenvolvimento e da dependência externa no período do “desenvolvimentismo”, retomando algumas das “grandes questões nacionais” (Prado Jr, 1986) discutidas naquela quadra. A partir desses dois autores, nos indagamos até que ponto os desdobramentos da industrialização do Plano de Metas, ao ser controlada em seu setor mais dinâmico pelas empresas estrangeiras, internalizando a produção de bens de consumo duráveis de forma inédita no país, convergiu para um efetivo processo de desenvolvimento, capaz de promover um capitalismo nacional e autodeterminado.

Além dessa breve introdução, o trabalho se divide em quatro seções. Na primeira discorreremos sobre o contexto em que o debate desenvolvimentista emergiu no Brasil e na América Latina a partir da CEPAL, investigando o papel atribuído à industrialização na superação do subdesenvolvimento. Na segunda, exploramos como se deu a inserção de Celso Furtado e Florestan Fernandes no debate desenvolvimentista dos anos 1950-1964. Nossa intenção foi expor as “promessas da industrialização” atribuídas por cada um àquele processo de desenvolvimento em curso. Na terceira parte, analisamos o papel que Furtado e Fernandes atribuíram às grandes empresas estrangeiras que se instalaram na

³ Este artigo é uma versão adaptada do Capítulo IV da dissertação de mestrado do autor, defendida em maio de 2021.



economia brasileira durante o Plano de Metas (1956-1961). Nosso objetivo foi mostrar como a visão a industrialização dirigida pelas grandes empresas centrais se alterou e radicalizou após 1964; e, também, apontar que para ambos os autores todo esse processo acarretou uma reabilitação e reforço do subdesenvolvimento e da dependência, e não sua superação. A última seção encerra o artigo com as conclusões da discussão realizada, apontando as principais convergências e avanços de um, em relação ao outro, no conjunto de suas obras.

1. A consciência do subdesenvolvimento e a aceleração da industrialização no Brasil

A crise do entre guerras produziu uma ruptura da economia brasileira não somente com o sistema econômico mundial, mas com as limitações da tradição liberal-conservadora, que mistificava as formas coloniais de inserção na divisão internacional do país como economia agrário-exportadora e impunha uma acomodação passiva ao sistema capitalista mundial e seus polos hegemônicos (Bielschowsky, 2004; Campos, 2018; Oliveira, 2003; Sampaio Jr, 1999). Foi a partir dessa fratura que, no pós-Segunda Guerra Mundial, se desenvolveram as explicações do subdesenvolvimento formuladas por Raul Prebisch e Celso Furtado, no interior da recém criada CEPAL⁴, e, já no final da década de 1960, as teorias da dependência⁵ – debate em que Florestan Fernandes participou, embora já no exílio.

Foram décadas em que o pensamento social brasileiro promoveu um intenso diagnóstico do passado, com vista à construção de uma sociedade nacional e democrática (Arruda, 2010; Campos, 2018; Sampaio Jr, 1999; Vieira, 2018; Vieira, 2021), e de onde emergiu uma profunda e agônica “consciência do atraso” (Schwarz, 2018), que denunciava “a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante” (Candido, 1987, p. 142); promovia o questionamento da associação com o imperialismo norte-americano, da permanência das

⁴ A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 1948, com objetivo de investigar os problemas socioeconômicos latino-americanos e estimular a cooperação entre seus membros (cf. Bielschowsky, 2004)

⁵ Os principais expoentes do debate que deu origem às teorias da dependência, a partir do final dos anos 1960, foram Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.



formas tradicionais de mando, da inviolabilidade do grande latifúndio, armando as novas correntes do pensamento progressista para o enfrentamento das “grandes questões nacionais” (Prado Jr, 1986).

Refletindo sobre esse momento, Caio Prado Jr. (1999) propôs uma visão de conjunto do significado das transformações que se deram nos anos 1950–1960, que resumimos na seguinte formulação: desde o começo do século XIX, com a vinda da família real, e mais aceleradamente após a Independência, com a separação de Portugal e a integração do Brasil na nova ordem econômica internacional em formação, o país iniciou um novo tempo, o devir de uma “*nova qualidade*” (Prado Jr, 1999), diferente daquela adquirida enquanto colônia até então. A definição do que viria a ser essa “nova qualidade” se deu de forma lenta, se ampliando a partir da Revolução de 1930 e atingindo seu clímax na segunda metade dos anos 1950, quando a industrialização brasileira, estimulada pela entrada das grandes empresas estrangeiras, levou as transformações em curso ao paroxismo. Portanto, o Plano de Metas, sendo ele “a versão ou paralelo brasileiro do desenvolvimento” (Prado Jr, 1999, p. 77), constituiu-se como o momento decisivo daquele devir. É nesse quadro de “transformação essencial e iminente” (Prado Jr, 1999, p. 35) que se situa a problemática do momento que analisaremos nesse trabalho.

Nesse contexto, a industrialização pesada – entendida aqui como um “plano de desenvolvimento nacional” (Fernandes, [1960] 1974, p. 93)⁶ – era alçada no debate desenvolvimentista travado na época como um elemento-chave para realizar as transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento e da dependência. Ela representava tanto a perspectiva de remoção de elementos arcaicos advindos de um passado colonial que insistia em se recolocar em cada nova etapa histórica (Fernandes, [1960] 1974, [1975] 1976; Prado Jr, 1979), como a oportunidade de “redimensionar a acumulação ampliada de capital para além do mercado de origem” (Campos, 2018, p. 8) a que se restringia a industrialização realizada a partir do processo de “substituição de importações” (Furtado, [1959] 1961).

⁶ Usaremos a data de publicação da primeira edição quando nos referirmos às obras de Celso Furtado e Florestan Fernandes. Por isso, quando a edição que usamos como referência for outra, adicionamos a data de publicação da primeira edição entre colchetes, seguida da edição que aqui utilizamos.



Todavia, a industrialização não era um fim em si mesma. Como advertia Raul Prebisch no *Manifesto latino-americano*⁷, ela representava uma saída construtiva aos problemas que enfrentavam as economias periféricas, sendo alçada naquele debate como “o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas”⁸ (Prebisch, 1949, p. 48). Sua realização na periferia – o “crescer para dentro” (Prebisch, 1949, p. 53) – passava pela elaboração de uma política industrial ativa, capaz de ampliar a capitalização necessária à construção de setores da indústria de base – a indústria petrolífera, metalomecânica, química básica, de materiais elétricos etc. – isto é, a formação de um parque industrial que internalizaria os avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, dotando a periferia de melhores instrumentos técnicos e materiais para produção de bens e mercadorias – que se atingiria com a implantação das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis – capazes de elevar as condições de vida de suas sociedades (CEPAL, 1963; Furtado, [1961] 2009; Prebisch, 1949).

Atingir esse objetivo não era tarefa fácil⁹. Além de resistências políticas, o elevado grau de capitalização inicial dessa indústria, que já havia passado por um intenso processo de concentração e centralização desde as últimas décadas do século XIX, constituindo gigantes monopolistas em seus principais setores, impunha novos desafios. Os estudos da CEPAL realizados nessa época indicavam que para a superação da barreira inicial à industrialização deveria passar, necessariamente, pelo Estado e a elaboração de técnicas de planejamento econômico capazes de organizar o desenvolvimento nacional a partir do

⁷ Segundo Bieslchowsky (2020, p. 3): “O título foi cunhado por Hirschman [*The strategy of economic development*. New Heaven: Yale University Press, 1958], em referência ao texto redigido por Prebisch (1949) e por ele apresentado em 1949, em Havana, Cuba, em nome da então recém-criada Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, organismo das Nações Unidas. O texto constitui a manifestação inaugural do Estruturalismo que se afirmou a partir de então como a principal construção analítica genuinamente latino-americana no terreno de economia política”.

⁸ No Brasil, os debates sobre a industrialização antecederam a CEPAL e, de certa forma, influenciaram o pensamento cepalino. Conforme argumenta Rodrigues (2005, p. 141–142): “(...) podemos dizer que Roberto Simonsen, com suas contundentes acusações sobre a situação que países como o Brasil poderiam incorrer devido à dependência exclusiva do setor agrícola e do comércio internacional, influenciou o pensamento da CEPAL. (...) Simonsen foi um precursor da tese da CEPAL (...) argumentando que a igualdade jurídica entre as nações significava uma vassalagem dos países menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos, no que redundava que cada vez mais a situação dos países agrários se tornaria pior, principalmente porque os déficits de suas balanças comerciais aumentariam sobremaneira com o passar do tempo”.

⁹ Prebisch mesmo advertiu à esse fato já no *Manifesto latino-americano* (cf. Prebisch, 1949, p. 47).



uso racional dos recursos, escassos em economias com um baixo grau de capitalização. Em outras palavras, significava a necessidade de restringir o consumo conspícuo dos grupos de altas rendas em favor da produção de mercadorias destinadas a massa da população, reorientar a política econômica organizada em torno dos interesses agrário-exportadores para o novo setor industrial e concentrar esforços na formação de pessoal técnico especializado e qualificado às novas tarefas do desenvolvimento. E, por esse motivo, mesmo que o “crescer para dentro” requerido pela industrialização pesada implicasse o estabelecimento de uma nova relação entre a periferia e os centros, ela não significava uma aversão ao capital internacional ou ao progresso mais rápido que poderia ser atingido através da colaboração estrangeira¹⁰ (CEPAL, 1963; Furtado, 1962; Prebisch, 1949).

A economia brasileira, maior mercado latino-americano e onde se formou o maior parque industrial da região, atesta tanto a mobilização do capital internacional para o avanço mais rápido nos setores considerados “estratégicos”, como os desafios que se antepuseram a organização de uma política ativa de industrialização voltada à superação do subdesenvolvimento. Sabemos que a presença de capitais estrangeiros na formação do sistema produtivo brasileiro é de longa data, lançando raízes ainda na economia açucareira, se estendendo ao ciclo do café, na montagem das ferrovias, portos e financiamento de sua produção, chegando até o momento mais recente, que nos interessa aqui, da implantação da indústria de bens de consumo duráveis (Bolelli, 2020; Fernandes, [1973] 1975; Furtado, [1948] 2001, [1959] 1961; Prado Jr, 1979, 1999). Além disso, no período posterior a 1930, mesmo que o desenvolvimento almejado no período varguista estivesse orientado à configuração de um capitalismo nacional de bases mais autônomas (Campos, 2009), a implantação das indústrias de base contou com ampla colaboração estrangeira, na forma de financiamento, transferência de tecnologias, equipamentos, etc. (Campos, 2003). De modo que no governo Kubitschek, o capital internacional que entrou financiando a instalação da indústria produtora de bens de consumo duráveis foi atraído tanto a partir do potencial de acumulação da economia brasileira, como da ampla

¹⁰ Dizia Prebisch: “Não se põe em dúvida que o desenvolvimento econômico de certos países da América Latina e sua rápida assimilação da técnica moderna, em tudo quanto for aproveitável pelos mesmos, dependam, em alto grau, das inversões estrangeiras. (...) bem encaminhadas, poderiam contribuir para o aumento imediato da produtividade por homem” (Prebisch, 1949, p. 50–51).



institucionalidade criada para esse fim¹¹, constando desde a redação do Programa de Metas (Brasil, 1958, p. 11) até os discursos do presidente, ao longo de seu mandato.

A fala do presidente Kubitschek na inauguração da fábrica de automóveis da norte-americana Willys-Overland em São Bernardo do Campo, em 7 de março de 1958, agradecendo o apoio e a colaboração que seu governo vinha obtendo do capital estrangeiro, capta bem o malabarismo desenvolvimentista praticado naquela quadra, que pretendia equilibrar um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico com a busca por autonomia técnica, sem abrir mão da colaboração estrangeira:

Esta cerimônia que nos congrega no predestinado planalto de São Paulo assinala um grande marco da história do desenvolvimento econômico do Brasil (...) Aqui contamos e vamos contar com a experiência e a cooperação leal e decidida de técnicos e capitalistas norte-americanos que confiaram em nossa capacidade construtiva e reconheceram a decisão e o espírito de realização do Governo atual: a esses bons amigos, que estiveram e estão a nosso lado neste empreendimento, endereço os meus melhores agradecimentos pela colaboração irrestrita e pela atmosfera de confiança e de solidariedade que aqui criaram (Kubitschek de Oliveira, 1959, p. 155).

2. As promessas da industrialização para Celso Furtado e Florestan Fernandes

Vejam agora como os autores aqui discutidos tomaram parte nessas discussões e o significado atribuído por eles ao processo de industrialização enquanto ele se realizava no governo Kubitschek (1956-1961).

A inserção de Celso Furtado nos debates sobre a industrialização se deu a partir de sua própria trajetória profissional e intelectual¹². Funcionário destacado na administração pública, publicou ao longo desse período uma série de textos sobre o tema do desenvolvimento e da industrialização periférica¹³, que influenciaram profundamente todo o debate desenvolvimentista no Brasil e na América Latina. Nele, a posição defendida por Furtado era a de que a industrialização carregaria consigo a possibilidade

¹¹ Os leitores encontrarão uma análise dessa institucionalidade criada pelo Estado e manifestada na articulação entre o Plano de Metas e as grandes empresas estrangeiras produtoras de bens de consumo duráveis em Campos (2003, 2009) e Caputo e Melo (2009).

¹² De volta do doutorado na França, em 1948, Celso Furtado ingressou na DASP e, logo em seguida, em 1949, na CEPAL, onde junto a Prebisch e outros cientistas sociais, foi pioneiro nas teses sobre o subdesenvolvimento. Em 1953 assumiu a diretoria do BNDE, onde comandou os trabalhos da Comissão Mista CEPAL-BNDE; em 1959, a pedido do presidente Kubitschek, passou a compor a “Operação Nordeste”, que viria a ser a SUDENE; 1962, ele deixou a SUDENE para integrar o recém criado Ministério do Planejamento até 1964, quando foi cassado pelo AI-1, na Ditadura, e deixou o país.

¹³ Destacamos, em ordem de publicação, *A Economia Brasileira* (1954), *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), *Formação Econômica do Brasil* ([1959] 1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* ([1961] 2009), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964).



de superação do subdesenvolvimento e da dependência. Isso não implicava, contudo, uma postura avessa à contribuição estrangeira, como postulada por Caio Prado Jr. Reformista pragmático, Furtado ([1961] 2009, 1962) argumentava sobre a necessidade de eliminar o caráter elitista que marcava a produção da indústria formada no processo de substituição de importações através de técnicas de planejamento, mas consciente de que a realização de um projeto industrializante que não envolvesse – e mesmo estimulasse – a entrada de capitais estrangeiros não se colocava como uma alternativa viável ao rápido crescimento necessário à aceleração do desenvolvimento dos anos 1950 e começo dos 1960. Derivava essa interpretação das teses cepalinas, que apontavam tanto que o progresso tecnológico não tenderia a se difundir dos centros às periferias de forma espontânea (Prebisch, 1949), como era evidente que a conquista por autonomia tecnológica, sem colaboração externa, não era alternativa viável¹⁴.

Equacionar essas questões não era tarefa política simples – e se tornaria ainda mais complexa ao longo dos anos 1960 e 1970, conforme ele percebia e entendia o significado do processo de transnacionalização (Furtado, 1974, [1982] 1983, 1992; Hadler, 2009). Entretanto, mesmo consciente das dificuldades que se antepunham ao processo de industrialização no final do governo Kubitscheck, Furtado (1962, 1964) observava o progresso realizado com relativo otimismo. Via no avanço conquistado na internalização do setores de base ao longo dos anos 1940 até a primeira metade dos 1950, “acertadas e oportunas decisões [que] dotaram o país de autonomia em setores [estratégicos]” (Furtado, 1962, p. 112; inserções nossas). Somava-se a isso sua experiência pessoal, como funcionário público do Estado brasileiro ao longo dos anos 1950 e começo dos 1960, de modo que a possibilidade se de criar uma burocracia menos interessada nas formas precedentes de mando e conchavos políticos, e comprometida com

¹⁴ Furtado argumentava na primeira metade dos anos 1960 que a formação de pessoas qualificadas, capazes de dar autonomia ao desenvolvimento científico nacional, exigiria dezenas de anos; e a alternativa – a compra da tecnologia estrangeira – também não se colocava como plausível, dado o volume de capital a ser despendido, a objeção em ceder tecnologia, por parte das grandes empresas (que detentoras desse progresso e cientes do poder econômico e político que ele representava, evitavam dele dispor), além de que a compra dessas tecnologias não significava que o progresso da periferia deixaria de ser dependente do desenvolvimento técnico que se realizava nos centros, sendo provável que essa tendência se intensificasse. A questão que se colocava é bem resumida no questionamento do autor: “Como desenvolver este país de enormes dimensões sem utilizar, a fundo, os recursos da técnica moderna [estrangeira]? E como ter acesso a esses recursos sem pagar o preço que eles custam?” (Furtado, 1962, p. 87; inserção nossa).



o enfrentamento dos problemas reais do subdesenvolvimento lhe davam confiança na implementação dos métodos de planejamento democrático (Campos, 2014; Furtado, [1968] 1969; Sampaio Jr, 2005; Vieira, 2021). E, em paralelo a formação desses quadros comprometidos com a transformação social, se juntava a gradativa conscientização dos grupos progressistas na sociedade brasileira dos desafios postos à superação do subdesenvolvimento, contribuindo como pontos de pressão sob as estruturas políticas – o Congresso Nacional, o Senado Federal e mesmo a Presidência –, adensando as forças que procuravam desobstruir os caminhos do “desenvolvimento nacional”.

Assim, a *promessa da industrialização* posta para Celso Furtado naquele momento, capaz de dar origem a uma “nova qualidade” à sociedade brasileira, se condensava na necessidade de implementação de um conjunto de reformas capazes de criar condições amplas de planejamento social e cujo objetivo último seria a afirmação de um Estado nacional e uma sociedade efetivamente democrática (Campos, 2014; Oliveira, 2003; Sampaio Jr, 2005). Nesse termos a industrialização conduzida pelo poder estatal se apresentava “como os meios capitalistas para superar o subdesenvolvimento” (Campos, 2014, p. 81), permitindo que se atingisse “um grau crescente de autonomia no plano das decisões que [comandavam] a vida política nacional” (Furtado, 1962, p. 112).

Não se tratava, portanto, daquela indústria que se desenvolveu da substituição de importação desde o começo do século XX, de forma espontânea e problemática, sempre orientada pela demanda de bens finais. Para viabilizar um *desenvolvimento nacional* que concomitantemente articulasse a *expansão do mercado interno*, dando-lhe capacidade de promover uma efetiva *integração regional*, *desconcentração de renda*, *incorporação das massas à cidadania social e trabalhos com maior produtividade* e realizar *reformas no campo* capazes de integrar o “setor tradicional” ao “moderno”, o agente central das transformações residia no Estado (Campos, 2014; Furtado, 1962; Vieira, 2015). É por isso que as técnicas de planejamento passavam a primeiro plano, inspiradas na reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial; e a convicção de que poderiam ser mobilizadas para o equacionamento das mazelas do subdesenvolvimento se afirmava, desde o governo Kubitschek, com as experiências obtidas na implantação do Plano Diretor do Nordeste, da organização do Conselho de Desenvolvimento, o estabelecimento dos Grupos Executivos setoriais da indústria e o comprometimento do



Estado com as reformas de base, que integrariam o Plano Trienal, elaborado por Furtado em 1963, enquanto Ministro do Planejamento do presidente João Goulart¹⁵.

Para Florestan Fernandes a aceleração da industrialização no governo Kubitschek também se colocava como oportunidade para a superação dos elementos arcaicos ainda existentes na sociedade brasileira. Entretanto, a posição a partir da qual o sociólogo participou dos debates sobre o desenvolvimentismo imprimiam um grau de ceticismo mais elevado sobre as transformações em curso. Diferente de Furtado – que desde meados dos anos 1950 atuava na administração pública – Fernandes encontrava-se desde o final dos anos 1940 voltado às linhas de pesquisa sob as quais vinha investigando desde os anos 1950, como professor e pesquisador na Universidade de São Paulo (USP) e algumas discussões particulares ao contexto histórico-político que vivia¹⁶. De modo que o grande tema da industrialização e os debates sobre o processo de desenvolvimento, enquanto objeto de pesquisa, não apareciam como elementos principais em seus estudos, mas ligados a outras discussões a que se propunha. A tese apresentada para o concurso da Cátedra de Sociologia I da USP – *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) – da qual foi titular entre 1964-1969, resume bem as discussões que investigava Fernandes. Consolidava ali uma agenda de pesquisas de uma década sobre o tema da mudança social e seu controle pelos grupos dominantes; da não inclusão dos negros na sociedade de classes desde a Abolição; das tendências racistas, privatistas e elitistas de mando, que impactavam diretamente na forma como se vinha organizando o setor industrial e as políticas do Estado brasileiro.

Ainda assim, a organização do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) no começo dos anos 1960 por Fernandes e outros pesquisadores¹⁷, o inseriu

¹⁵ O planejamento, como orientador da industrialização e, por consequência, do *desenvolvimento nacional*, segue armando a crítica de Furtado ao “modelo” de desenvolvimento imposto pela Ditadura (cf. Furtado, [1968] 1969, p. 58).

¹⁶ Além dessa agenda, a defesa pela educação pública ocupava naquele período (1959-1968) boa parte dos trabalhos de Fernandes, como ele mesmo aponta em *A sociologia numa era de revolução social* ([1962] 1976) e também em cartas – inclusive nas trocadas com Celso Furtado (cf. Furtado, 2021). Em resumo, Florestan Fernandes – um intelectual também comprometido com o processo de transformação social – se dedicou, até o final dos anos 1960, à vida universitária, aos trabalhos sociológicos sobre a reprodução das desigualdades sociais enraizadas na sociedade brasileira (Bastos, 2002; Botelho e Brasil Jr., 2020; Cancelli, Mesquita e Chaves, 2019) e à militância por reformas democráticas no campo da educação.

¹⁷ O CESIT foi criado em 1961 por Florestan Fernandes e seu assistente, Fernando Henrique Cardoso, onde funcionou até 1969 quando ocorreram as aposentadorias compulsórias realizadas pelo regime militar, com base no Ato Institucional nº 5 (Romão, 2003).



diretamente nas grandes discussões do desenvolvimento (Arruda, 2010). Os textos organizados em *Mudanças sociais no Brasil* ([1960] 1974) – que marcaram sua introdução naquele debate – inauguraram estudos voltados ao entendimento da industrialização e embora reúna trabalhos de caráter muito variado, como adverte o próprio autor, condessavam sua interpretação sobre o processo de industrialização pesada que se vinha realizando. De modo que há elementos que permitem conceber *a dimensão da promessa* que se colocava à Fernandes através do processo de transformação industrial em curso no governo Kubitscheck. Em suas palavras:

De forma tumultuária e contraditória é animado o progresso no Brasil, onde uma superestrutura social arcaica subsiste no campo, enquanto nas principais cidades se atinge o nível dos países industrializados da civilização ocidental. Nos últimos anos, essa situação se aguçou, violentando-se paisagens milenárias com rodovias modernas, forjando-se a indústria pesada e criando-se um potencial energético capaz de atender às exigências do desenvolvimento (Fernandes, [1960] 1974; orelha). Contudo, parece chegado o momento em que se impõe uma alteração radical na estratégia seguida até o presente na organização e na orientação das atividades econômicas. (...) Os erros de organização, de administração e de previsão começam a acarretar, com certa aceleração constante, efeitos que não podem ser compensados pelo crescimento rápido e desordenado das empresas. Doutro lado, estas estão exigindo o domínio efetivo das forças econômicas que caem no campo de consciência social dos homens, e podem ser manipulado por eles, na economia capitalista, por meio de técnicas de controle apropriadas (Fernandes, [1960] 1974, p. 61–62).

O “ânimo” com o “progresso do Brasil” passava, como para Furtado, pela realização das reformas e aplicação de técnicas de planejamento democráticas¹⁸. Mas seus trabalhos no campo da sociologia, trazendo para as discussões do desenvolvimento os padrões de mando e de exercício do poder situavam Fernandes nesse debate com uma postura mais crítica que as do economista sobre as perspectivas que se colocavam ao desenvolvimento nacional através do processo de industrialização tal qual se realizava no Brasil.

Assim, já ao final do governo Kubitscheck, Fernandes considerava que a industrialização brasileira havia sofrido “uma elaboração social no Brasil altamente favorável à contenção das influências que ela poderia exercer” (Fernandes, [1960] 1974,

¹⁸ A influência de Mannheim também marca as interpretações de Fernandes. Segundo comenta Cardoso, sobre as aulas de sociologia na USP, “Florestan (...) nos obrigava a ler os trabalhos mais maçudos de Mannheim, a tentar perguntar qual era a função do intelectual, como ele se situa na sociedade” (Cardoso, F. H., 1987, p. 26). Sobre a influência de Mannheim nas obras de Fernandes, ver também: Ianni (1987), Cohn (1987) e Fernandes e Freitag (1996).



p. 67–68). E atribuía essa disfunção, essencialmente, ao tipo de “empresário” industrial que havia se formado no Brasil, que evoluindo do antigo fazendeiro de café, tendia a reproduzir no novo negócio industrial a que se arriscava “os padrões de mando e de obediência predominantemente herdados da sociedade patrimonialista” (Fernandes, [1960] 1974, p. 79) a que estava acostumado, sempre de maneira oportunista, especulativa e orientado ao “afã de ganho” (Fernandes, [1960] 1974, p. 79). Ou seja, se viesaram à “perpetuação de certas vantagens” (Fernandes, [1960] 1974, p. 75), que já naquela quadra minavam as possibilidades de êxito na formação de uma verdadeira sociedade do trabalho, especificamente capitalista, onde a cooperação e concorrência entre os agentes pudesse regular a nova dinâmica que se criava pela industrialização. Em síntese, Fernandes defendia que “a questão específica [da industrialização pesada no Brasil] é outra: a principal dificuldade está nas atitudes sociais dominantes” (Fernandes, [1960] 1974, p. 89; inserção nossa); e concluía: “É o horizonte intelectual do empreendedor que precisa ser alterado, como requisito para a formação de uma mentalidade econômica compatível com o grau de racionalização dos modos de pensar, de sentir e de agir inerentes à economia capitalista” (Fernandes, [1960] 1974, p. 62; grifos nossos). Com isso, trazia a primeiro plano as debilidades na formação de uma sociedade de classes burguesa no Brasil e a persistência dos elementos coloniais de nossa formação, não de todo recalçados pelo avanço da industrialização.

Em resumo, compreendemos que o otimismo que Furtado via na industrialização pesada até a primeira metade dos anos 1960 não encontrava em Fernandes a mesma ressonância, embora a industrialização se colocasse no horizonte de ambos como o meio para subverter a condição de subdesenvolvimento e de dependência. Há, ainda assim, convergências importantes. São elas: i) a consciência do subdesenvolvimento como um problema de natureza histórica, relacionado à difusão da “civilização industrial” (Fernandes, [1960] 1974, p. 92; Furtado, [1961] 2009), e não como uma etapa do desenvolvimento capitalista; ii) a observação de que o desenvolvimento interno era desigual e que a industrialização pesada realizada no governo Kubitscheck, assentada na produção de bens de consumo duráveis, estava contribuindo tanto para ampliar a segregação social como as disparidades regionais; e iii) a ideia de que a mobilização de técnicas democráticas de planejamento, de viés mannheimiano, poderiam orientar um



projeto de desenvolvimento nacional rumo a superação dos problemas do subdesenvolvimento, acelerando o desenvolvimento *capitalista* brasileiro¹⁹.

3. Os limites do desenvolvimento nacional sob o capitalismo dependente

Vimos que a convergência dos autores sobre a industrialização pesada como um processo que colocava no horizonte completar a formação nacional passava, necessariamente, pelas condições políticas de implementação de técnicas de planejamento que guiassem de forma racional o desenvolvimento industrial. Assim, uma vez que a industrialização pesada se realizou apoiada no capital internacional, é importante examinarmos como Celso Furtado e Florestan Fernandes elaboraram a viabilidade de controle e/ou organização desse capital internamente, através do Estado²⁰.

Ambos consideravam que as mudanças sociais mais significativas para o desenvolvimento – isto é, para a superação do subdesenvolvimento – eram aquelas dinamizadas a partir da introdução de novas tecnologias²¹. A aplicação “racional” dessas

¹⁹ Pela extensa associação travada com os países capitalistas de industrialização mais avançada e sua presença dos capitais estrangeiros na economia brasileira desde o começo do processo de industrialização (cf. Bolelli, 2020; Prado Jr, 1999), não problematizaremos a possibilidade do desenvolvimento industrial pela via “autônoma”. Essa opção não se configura no horizonte de Furtado e também não se colocava à Fernandes – a menos que por autonomia, entendamos a via socialista. Todavia, descartamos a análise da via socialista nesse trabalho pois nem Furtado nem Fernandes a discutem nesses termos que aqui fazemos. Florestan afirma essa posição explicitamente ao fazer essa mesma discussão: “a alternativa socialista foi deixada de lado, pois as investigações feitas [entre as quais ele considera duas obras de Furtado – *Formação Econômica do Brasil* e *A Pré-Revolução Brasileira*] comprovam que o capitalismo se mantém, no Brasil, como a opção histórica ‘possível’ e ‘desejada’ socialmente” (Fernandes, [1968] 2008, n. 13; inserção nossa). Furtado expressa suas preocupações de forma mais subjetiva. Ele escreve (Furtado, 2014, p. 289): “Se o reformismo é de curto alcance, que dizer dos riscos a que se expõe uma sociedade que se embrenha pela via revolucionária? O difícil está em identificar situações em que não cabe reforma, impondo-se reconhecer que, sem medidas revolucionárias, nenhuma avanço é possível (...)”. Em *A pré-revolução brasileira* (1962) ele certamente estava preocupado em apontar quais eram essas ‘situações’ naquela quadra.

²⁰ Adiantamos que a discussão sobre as “grandes empresas estrangeiras” ou as “grandes corporações” – como chamam Celso Furtado e Florestan Fernandes, respectivamente, as filiais das empresas transacionais que se instalaram no Brasil após 1956 – não aparecem em primeiro plano em suas obras até 1964. Nos escritos de Furtado dessa quadra, ela aparece na discussão sobre o acesso à tecnologia e controle dos capitais estrangeiros (Furtado, 1962) e, de forma um pouco mais direta – já ligada a ideia de enfraquecimento dos centros de decisão – em *Dialética do Desenvolvimento* (Furtado, 1964, cap. 2, parte IV e V). Em Fernandes, a discussão sobre a industrialização até 1967 se circunscreve às debilidades geradas pelos padrões “irracionais” de mando dos empresários da periferia – quando comparados à racionalidade do desenvolvimento capitalista nos centros (cf. Fernandes, [1960] 1974, 1964). O autor que, naquele momento, já percebia o significado da internacionalização do mercado interno e do controle sobre a economia brasileira que assumia a grande corporações estrangeira era Caio Prado Jr.

²¹ Entendemos que essa concepção da tecnologia como um fator de “racionalização” do desenvolvimento capitalista na obra dos dois autores é derivada tanto da observação de outros processos históricos de



novas técnicas contribuiria tanto para a melhoria das condições de vida da população como para acelerar as transformações capitalistas, no campo e nas cidades, convergindo para fragmentação das estruturas sociais arcaicas. Colocando a questão em outros termos: se as mudanças sociais desejadas eram dinamizadas pelas inovações tecnológicas, cujas mais importantes estavam sob controle das grandes empresas estrangeiras, a problemática passava a ser a possibilidade (ou impossibilidade) de impor uma disciplina a elas, conforme as prioridades internas de um projeto nacional de desenvolvimento, nucleado pelo Estado brasileiro. Vejamos.

3.1. Celso Furtado: do otimismo reformista ao reformismo radical

Enquanto se realizava o Plano de Metas (1956-1961), a proposta de Furtado foi disciplinar a atuação das grandes empresas estrangeiras através do Estado (Furtado, 1962, p. 86–89). A base teórica que sustentava essa posição derivava i) das influências de Max Weber, de que o desenvolvimento do capitalismo, ao difundir novas técnicas, tendia a propagar por toda a economia critérios de racionalidade, capazes de mediar os problemas sociais criados em torno da distribuição da renda e manifestados como conflitos de classe – os problemas de “racionalidade substantiva”; ii) e das influências de Karl Mannheim, na perspectiva de se formar uma “*intelligentsia* socialmente desvinculada (...) capaz de desempenhar um papel autônomo no processo de tomada de consciência dos problemas mais cruciais que se apresentam a um povo” (Furtado, 2014, p. 569)²². Nesse sentido, havia uma concepção eurocêntrica – ou “iluminista” – do sentido que a transformação capitalista tomaria na periferia, influenciada pelas experiências de reconstrução do pós-guerra e, também, do Plano Marshall²³.

desenvolvimento do capitalismo, mas também encontram ressonância em suas leituras de Marx e Weber e também na antropologia norte-americana – em especial M. J. Herskovits, no caso de Furtado (cf. Furtado, 1964, p. 19).

²² As influências de M. Weber e K. Mannheim na obra de Furtado também são apontadas em Rezende Vieira (2009), Campos (2014), D’Aguiar (2018) e Paula (2018).

²³ Não se trataria de recriar o desenvolvimento dos centros na periferia, mas aprender seus “princípios” com os casos históricos. É esse o sentido dos estudos de Furtado sobre o Plano Marshall e, em especial, o plano de reconstrução francês, o Plano Monnet (cf. Furtado e Aguiar, 2014). O autor também estudou o planejamento soviético, mas buscando suas contribuições no plano econômico, já que, conforme argumenta Furtado em *A Pré-Revolução Brasileira (1962)*, formas democráticas de organização social representavam para ele “uma conquista tão definitiva quanto haver atingido níveis de desenvolvimento material” (Furtado, 1962, p. 27). Sobre o que chamamos aqui de visão “iluminista” do desenvolvimento, conferir Furtado (1964, pt. I).



Dessa base teórica e das análises empíricas da reconstrução, Furtado enfatizava a necessidade de técnicas de planejamento²⁴ como orientadoras do processo de industrialização e, para sua execução, a atuação deliberada e consciente do Estado, como observamos na seção anterior. Ambas aparecem como uma face da função “racionalizadora” do capitalismo moderno, conforme Weber (Cohn, 1995, p. 12–13). E nos parece que é essa a concepção mais profunda de Furtado sobre o desenvolvimento capitalista, mesmo nas suas áreas periféricas: conforme a “civilização industrial”²⁵ se expandia às periferias e difundia a “racionalização da vida” – ou promovia seu “desencantamento”, na expressão de Cohn (1995) – a introdução de novas técnicas e hábitos de consumo transformavam as relações sociais e de produção, abalando toda a sociedade tradicional e, com ela, as velhas estruturas – ou a velha “qualidade” (Prado Jr, 1999). Daí em diante, tem-se uma separação cada vez maior de ações e processos que antes caminhavam juntos.

Nesses termos, a industrialização pesada no governo Kubitscheck representava para Furtado²⁶ a possibilidade de ampliar a “racionalização” na periferia, se condensando em dois processos distintos, mas inter-relacionados: i) a *formação de uma sociedade do trabalho*, ou o arremate “do processo de mercantilização dos bens econômicos, em particular da força de trabalho”, como escreveu Caio Prado Jr. (1999, p. 73) – isto é, as formas de sociabilidade fundadas na violência, no mando e no poder explícito, que vinham da colônia e que eram heranças da escravidão, transitariam na direção de uma sociedade cujo o nexos e a organicidade seria o dinheiro, a mercadoria e o trabalho assalariado; e ii) a conclusão do processo de *formação de um Estado nacional*, fundado e organizado em torno de um sistema econômico nacional. Esses dois processos sintetizam a perspectiva da “nova qualidade” para Furtado e marcam o ponto central das transformações aceleradas na segunda metade dos 1950, com a entrada das grandes empresas estrangeiras: cabia à ação do Estado reorientar o “estilo de desenvolvimento” (Furtado, 1980, p. 133) e disciplinar ação do capital internacional (impondo restrições à

²⁴ Até meados dos anos 1950, o termo planejamento não aparece, propriamente, nos escritos de Furtado. Naquele período, era mais utilizado pelo autor o termo “técnicas de programação”, como pode ser observado em Furtado (2014).

²⁵ O termo “civilização industrial”, que usam Furtado e Fernandes, é cunhado por Weber.

²⁶ Nos referimos a posição de Furtado até 1964.



remessas de lucro, critérios de seletividade de investimentos, estimular o compartilhamento de tecnologias etc.), modelando sua atuação a partir dos objetivos do desenvolvimento nacional – a superação do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Essa interpretação de Furtado sobre o desenvolvimento industrial como um processo de racionalização da vida, viabilizado por meio do planejamento democrático, se manteve ao longo de suas obras. Contudo, o Golpe de 1964 e a percepção do processo de transnacionalização desde o começo dos anos 1970 o levaram a repensar de maneira radical as possibilidades do *desenvolvimento nacional* e de controle do capital estrangeiro. Ele ingressou nessa nova fase consciente de que o Golpe não seria “passageiro”²⁷, como também de que seus esforços em colocar em prática um modelo de planejamento democrático – tanto na SUDENE, como no Ministério do Planejamento – haviam sido, em boa medida, frustrados²⁸.

Mas a saída do país e o afastamento das funções públicas também ampliaram o horizonte das discussões que vinha realizando. Tão logo iniciou sua atividade como professor na Universidade de Paris, se dedicou a investigar os “temas fundamentais” (Furtado, [1966] 1968; prefácio) que ligavam as transformações recentes da economia brasileira (e latino-americana) às mudanças na estrutura de poder do capitalismo mundial, desde o final da Segunda Guerra. É de 1966 o livro *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina*, que organizou seus primeiros estudos sobre a economia internacional no pós-guerra, o papel que assumiu os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, e a

²⁷ Em suas memórias sobre o acontecido e sua saída do Brasil em 1964, Celso Furtado narra o encontro com Felipe Herrera, colega do Ilpes (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social), órgão ligado à CEPAL. Ele escreve: “No aeroporto de Buenos Aires, deparei-me com Felipe Herrera (...) Ele me perguntou, algo surpreendido: ‘Você acha que essa coisa estranha que se implantou no Brasil vai durar? Não seria melhor esperar um pouco?’. Minha resposta surpreendeu a mim mesmo. Eu não havia propriamente refletido sobre o assunto, as palavras brotaram-me do inconsciente: ‘Ora, Felipe, essa gente levou dez anos para se apossar do poder. Não esqueça que o primeiro assalto foi em 1954, quando encurraram Vargas e o levaram ao suicídio. Não creio que saiam em menos de quinze anos. Vou organizar minha vida em função dessa hipótese’” (Furtado, 2014, p. 393).

²⁸ No avião, de Buenos Aires à Santiago, depois do encontro com Felipe Herrera (ver nota anterior), Furtado coloca em palavras essa frustração e angústia: “(...) meu avião decolava rumo ao Pacífico. Sentira certa angústia ao cortar o último vínculo com o mundo que por tanto tempo dera sentido à minha vida. Dedicara anos a organizar minha fantasia, na esperança de um dia transformá-la em instrumento de ação a serviço de meu pobre e desvalido Nordeste. Agora, essa fantasia estava desfeita, desmoronara como uma estrela que estilhaça. Era como se uma enxurrada tudo houvesse arrastado (...)” (Furtado, 2014, p. 393).



atuação das grandes empresas, controladoras dos processos econômicos mais importantes. Passava ao primeiro plano em suas análises a dinâmica de poder internacional e o controle da tecnologia nesse processo – os “obstáculos externos ao desenvolvimento”²⁹ –, temas que Furtado retomou de forma recorrente em seus trabalhos ao longo dos anos 1970 e 1980³⁰.

O controle dos processos tecnológicos pelas empresas transnacionais que ingressaram durante o Plano de Metas capta bem ao limites do desenvolvimento na periferia para o autor (Furtado, 1974, 1978, 1980). Dadas impossibilidades de importação dos novos bens duráveis desde a Primeira Guerra, o ingresso das empresas estrangeiras garantiu o acesso das mercadorias “modernas” aos grupos de renda elevada. Mas a grande empresa instalada continuou dependente das tecnologias desenvolvidas na matriz para seu funcionamento e/ou atualização, dotando as filiais na periferia apenas das formas mais imediatas da produção de mercadorias – as “tecnologias do produto” (Furtado, 1980, p. 133). Assim, a “nacionalização da produção” obtida ao longo do Plano de Metas não foi capaz de reverter a tendência à importação dos equipamentos e maquinários usados, dos insumos mais elaborados, da tecnologia, design etc., mesmo no pequeno setor de bens de capital instalado (que permaneceu dependente da demanda das transnacionais e das empresas públicas, e, por isso, tributário das transformações produtivas que aconteciam nos centros e que eram demandadas por essas empresas na periferia posteriormente). Em resumo: não se realizou o domínio das cadeias de produção, tampouco a internalização e difusão da tecnologia dos processos produtivos.

Portanto, subordinada ao processo de acumulação – “que encontra na homogeneização dos padrões de consumo uma poderosa alavanca” (Furtado, 1978, p. 116) – Furtado conclui que essa indústria aqui instalada ampliou a reprodução interna das desigualdades, já que a “modernização” acentuou ainda mais a concentração de renda (Furtado, 1974, p. 81). Desse modo, a industrialização pesada dinamizada pelas

²⁹ “Obstáculos externos ao desenvolvimento” é o título do segundo artigo que compõe o livro *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina* ([1966] 1968)

³⁰ Nos referimos à *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* ([1973] 1975), *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Prefácio à Nova Economia Política* (1976), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980) e *A Nova Dependência* ([1982] 1983).



transnacionais perverteu o ideal do desenvolvimento: ao estratificar a sociedade em função de padrões de consumo – promovidos pelas técnicas de propaganda e publicidade a serviço das grandes empresas –, passou a confundir o progresso social e a melhoria das condições de vida da população com diversificação da demanda (Furtado, 1974, 1978). Além disso, internalizou uma indústria segmentada, descontinuada em seus setores mais importantes, concentrada regionalmente, sem capacidade de integração nacional efetiva e de se articular de forma dinâmica ao setor tradicional da economia periférica – mas com capacidade crescente de se sobrepôr ao Estado no controle dos processos econômicos.

Assim, a reinterpretação de Celso Furtado sobre industrialização pesada desde o Plano de Metas expôs que sua orientação frustrou as possibilidades do desenvolvimento nacional em bases autônomas, ampliou a heterogeneidade social e a destruição ecológica e aprofundou as condições de subdesenvolvimento e da dependência – econômica e cultural – do conjunto da sociedade brasileira aos “centros da civilização industrial”, em especial aos Estados Unidos (Furtado, 1974, 1978, 1992).

3.2. Florestan Fernandes: o imperialismo total sob o capitalismo monopolista dependente

As novas formas de controle externo típicas do capitalismo monopolista e a persistência do subdesenvolvimento também assumiram posição central nas interpretações de Florestan Fernandes sobre o “período democrático” do pós-guerra no Brasil, entre 1945-1964, passando a primeiro plano em suas análises a partir do final dos anos 1960, quando também foi forçado ao exílio pela Ditadura³¹. A partir de então, sua investigação se dedicou à observação de como o processo de mudança social, acelerado pela entrada das grandes empresas corporativas desde 1956, reforçou o desenvolvimento de uma sociedade de classes burguesa truncada, profundamente desigual, atada a formas violentas de mando e exercício do poder econômico e político, na qual os efeitos construtivos da modernização ficaram restritos aos grupos dominantes. Foi esse, para Fernandes, o resultado do processo de industrialização dirigido pelas grandes empresas

³¹ Nos referimos aos textos *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* ([1968] 2008), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* ([1973] 1975), *A Revolução Burguesa no Brasil* ([1975] 1976) e *Poder e Contrapoder na América Latina* ([1981] 2015) e *Em busca do Socialismo* (1995a).



produtoras de bens de consumo duráveis e, em síntese, são essas as características da “nova qualidade” que emergiram do longo e tortuoso processo de revolução burguesa no Brasil.

Assim como Furtado, Fernandes também compartilha a leitura weberiana de racionalização da vida a partir do desenvolvimento do capitalismo. Mas, conforme observa Oliveira (2003), Florestan ampliou a investigação dessa questão na sociedade brasileira incorporando em suas explicações a persistência dos padrões violentos de dominação, que fundiam o “moderno” (capitalista) ao “arcaico” (pré-capitalista, de origem colonial) – elementos que se combinaram de maneira ainda mais intensa na passagem ao capitalismo monopolista, na segunda metade os anos 1950 (Fernandes, [1968] 2008, [1975] 1976). Essa elaboração é feita a partir da incorporação, por Fernandes, da sociologia clássica de Durkheim – sobre a “anomia” gerada pelo subdesenvolvimento e como se relacionam o “moderno” e o “arcaico” na sociedade dependente –; e é calibrada, também, pelas análises sobre o processo de acumulação na periferia a partir das interpretações marxistas – o próprio Marx, somado a Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Baran – que compõem as discussões de Fernandes sobre o novo padrão de dominação externa que emerge no pós-guerra.

Nesse processo o autor salienta que desde a fragmentação do Antigo Regime até a constituição de uma sociedade “nacional” no Brasil (1888-1955), o subdesenvolvimento e a dependência não foram agravados como efeito das tensões resultantes da fragmentação da dominação estamental-escravista, mas pelo modo como a modernização comercial e industrial foram desencadeadas. Orientadas a partir dos interesses de acumulação do capital internacional e das economias capitalistas centrais; e articulados aos capitais internos da classe dominante, puderam monopolizar as novas oportunidades de negócios, atuando como reforço dos mecanismos de controle (de poder político e de prestígio social; da produção e propriedade; da capacidade de mobilizar o Estado e a violência policial e militar) no sentido de preservação do *status quo ante* – isto é, os interesses da classe dominante e de seus “parceiros externos” (Fernandes, [1975] 1976, p. 251–266).

Vale apontar que para Fernandes ([1968] 2008, [1973] 1975, [1975] 1976) a monopolização do processo de mudança social pela classe dominante teve grandes



implicações para o “desenvolvimento” interno do capitalismo periférico. Como a classe dominante, única capaz de mobilizar o poder econômico e político, não poderia romper com a situação heteronômica, pois era dessa relação que ela garantia as formas já consolidadas de dominação interna, de exploração e uso do excedente etc., a sociedade de classes no Brasil se desenvolveu sem algumas das suas influências socioeconômicas mais características. A consequência pode ser observada no processo político que desembocou na crise dos anos 1960: a “situação de classe” dos agentes capazes de levar a fundo a Revolução Burguesa os colocava de forma polarizada entre os interesses internos e os externos ou, em outras palavras, porque a classe dominante encontrava-se vinculada desde cedo aos interesses externos, primeiro do capitalismo europeu e, mais tarde, o norte-americano, o “destino nacional” que ela vislumbrava, na passagem ao capitalismo monopolista, era o da afirmação do *capitalismo dependente*, pois ele era o único capaz de manter sua posição privilegiada no intenso processo de modernização (conservadora) que passava o país (Fernandes, [1968] 2008, [1973] 1975, [1975] 1976).

Desse modo, a “racionalização” gerada pelo desenvolvimento capitalista na periferia assumiu uma feição muito mais “selvagem”. Como no Brasil tudo se fez em função do negócio (e a industrialização acelerada do Plano de Metas não fugiu a essa lógica) as formas pré-capitalistas de exploração – e, com elas, as formas de mando que as viabilizavam – tornaram-se a condição de funcionamento desse sistema. Assim, a interpretação de Fernandes ([1968] 2008, [1973] 1975, [1975] 1976) é de que a partir de 1956, com a industrialização pesada orientada à produção de bens de consumo duráveis, a segregação social e a dependência externa se acentuaram ainda mais. As grandes corporações estrangeiras, objetivando ampliar sua acumulação a partir das possibilidades que apresentavam o mercado interno brasileiro – ou seja, sem a pretensão de “cooperar” para criar as condições materiais para um desenvolvimento nacional, autossustentado – “não precisaram interferir, extensa e profundamente, na estrutura colonial, neocolonial ou competitiva da economia hospedeira” (Fernandes, [1975] 1976, p. 252) para atingir seus objetivos comerciais. Puderam à ela se entrelaçar, se aproveitando do monopólio do exercício do poder pelas burguesias internas para executar projetos de “cooperação econômica”, estimular a “defesa do capitalismo” e da “civilização cristã” encobrendo, com isso, as consequências ultra destrutivas, no plano ecológico e sociocultural, de uma



indústria voltada à produção de bens de consumo duráveis destinados ao consumo da minoria de alta renda e que impunha, como contra face, a necessidade de exploração ainda mais intensa da força de trabalho – seja para concentrar renda e viabilizar o consumo das novas mercadorias, seja para garantir as remessas de lucro e pagamento de juros e dividendos ao capital internacional aqui investido.

A partir dessas considerações, Fernandes argumenta que “sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar” (Fernandes, [1968] 2008, p. 61). Subordinado aos imperativos da dupla articulação econômica, elemento que efetivamente regula o funcionamento e o dinamismo da economia dependente, o que importa “não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam” – elementos esses que a ideologia desenvolvimentista pretendia “combater” pela rápida modernização que colocava em andamento. O essencial desse processo é sua revitalização em cada nova fase de dominação, que garantia a “permanência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas”³² (Fernandes, [1973] 1975, p. 62; citação anterior idem)³³.

Mas o salto que dá Fernandes, em relação a Furtado, é incorporar nesse complexo processo as implicações de uma racionalidade imperialista, que coloca a exportação de capital do pós-guerras como importante ferramenta de controle econômico, político e cultural. A industrialização pesada se deu num contexto de contrarrevolução a nível mundial, aberta desde 1917 com a Revolução Russa e intensificada desde então, conforme

³² Florestan Fernandes deriva essa interpretação entre a funcionalidade do “arcaico” ao “moderno” de sua leitura de Marx e, em especial, das investigações de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação primitiva em sociedades pré-capitalistas (cf. Luxemburgo, 1970, pt. III). Diz ele: “Ignorou-se que a expansão da parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinâmismos das economias centrais e do mercado capitalista mundial, algo que Rosa Luxemburgo deixara bem esclarecido em sua teoria geral da acumulação capitalista” (Fernandes, [1975] 1976, p. 290). Campos e Rodrigues (2018, p. 704), ao refletirem sobre esse mesmo processo, acrescentam: “(...) a herança mercantil constituía um trunfo para o controle imperialista, principalmente, por meio da cooptação e/ou repressão das burguesias nativas que garantiam a extração do excedente e a drenagem de sua maior parte ao exterior. Também permitia mesclar num mesmo espaço econômico mecanismos modernos de exploração da força de trabalho com reinvenção de formas pretéritas, já testadas e aplicadas nos períodos colonial e neocolonial”. Sobre a apropriação de Fernandes das interpretações de Marx e sua mobilização para o entendimento das sociedades dependentes, cf. Fernandes ([1959] 1972, cap. VI, [1968] 2008, p. 42–50).

³³ Sobre funcionalidade do arcaico, conferir Fernandes (1964, 1966), trabalhos em que o autor demonstra como o monopólio de poder econômico e político pelas elites brancas não apenas marcam a sociedade burguesa em formação, mas foram fundamentais à continuidade do capitalismo dependente.



avançava projetos alternativos de contestação à exploração capitalista. Por isso, sob o “imperialismo total” (Fernandes, [1973] 1975) que emergiu no pós-guerras, a estabilidade, a cooptação das burguesias e o reforço das estruturas de poder nas periferias tornou-se condição *sine qua non* da continuidade da exploração capitalista nessas regiões. A modernização se fez em função da autoproteção do capitalismo e, em especial na América Latina, a entrada das grandes corporações, da rede de agências a elas associadas, os programas de “ajuda” econômica e militar, tudo se realizou em função dos “requisitos políticos de uma incorporação dependente – mas eficaz – desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos” (Fernandes, [1973] 1975, p. 25), centro hegemônico que no pós guerra passou a controlar a maior massa de capitais investidos na região.

É por isso que o controle do Estado sobe ao primeiro plano para Fernandes, pois representava o “núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia” (Fernandes, [1975] 1976, p. 307). Enquanto essa “burguesia compósita” – que no Brasil se une mais enquanto classe possuidora que por valores burgueses – conseguiu impor o “seu” projeto pela ideologia do desenvolvimentismo, ela parecia compartilhar de princípios “democráticos-burgueses e nacionais”. Havia, para ajudar nessa tarefa de alienação da sociedade, “os programas de comunicação de massa, através do rádio, televisão, imprensa e mesmo da educação escolarizada e os programas de assistência técnica (saúde, cooperação militar, defesa e segurança pública, cooperação econômica, cooperação educacional etc.), que [criaram] redes articuladas de modernização dirigida” (Fernandes, [1975] 1976, p. 314). Esse processo de “modernização dirigida” foi levado ao paroxismo a partir de 1956, com a entrada das grandes corporações norte-americanas. Nesse processo, diz Fernandes:

de classes patronizadoras da revolução democrático-burguesa nacional [as burguesias internas] passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da ‘democracia’ e da ‘civilização cristã’. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles (...) No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária” (Fernandes, [1975] 1976, p. 316; grifos do autor; inserção nossa).

Diante disso, é possível compreender porque a democracia no Brasil – mesmo tutelada e restrita, como a de 1945-1964 – configurava-se como um risco à continuidade



da dominação burguesa. “A simples autonomização institucional das funções básicas do Estado [saúde, educação, moradia, terra – postas nas reformas de base dos 1960] e a mera ameaça de que isso acarretaria uma verdadeira nacionalização de suas estruturas administrativas e políticas e servir de fundamento a um processo de centralização independente do poder, apareciam como uma clara e temível ‘revolução dentro da ordem’ antiburguesa” (Fernandes, [1975] 1976, p. 325; inserção nossa). Portanto, Fernandes põe luz ao fato de que a promessa da industrialização pesada *para a burguesia brasileira* não era a realização de uma revolução burguesa ao estilo clássico, francês; tampouco uma revolução burguesa de tipo alemão ou italiano. Atada ao imperialismo, a contrarrevolução burguesa no Brasil representava apenas “a necessidade de revolucionar as técnicas de acumulação de capital, imposta pela industrialização intensiva e pela eclosão do capitalismo monopolista” (Fernandes, [1975] 1976, p. 345). E, em resumo, foi esse o resultado da industrialização da segunda metade dos anos 1950 para o autor.

Assim, diferente de Celso Furtado – que via os governos militares como um regime político autoritário, exercido por uma tecnocracia alheia aos interesses da Nação e a serviço dos interesses do capital e das empresas transnacionais (cf. Furtado, 1978, p. 106–110) – Fernandes chamará atenção às formas autocráticas de exercício de poder da burguesia e seus parceiros externos, no contexto de afirmação do capitalismo monopolista dependente e sob o imperialismo total. Isso significa, objetivamente, que 1964 não marca o estabelecimento de um regime autoritário; marca a passagem de uma autocracia burguesa dissimulada para uma autocracia burguesa explícita³⁴. O que aproxima o pré-1964 do pós-1964 é, justamente, o fato de que nos dois períodos não houve democracia plena e consolidada, mas a imposição do projeto burguês – em cada momento com suas particularidades –, mas marcado por formas privatistas de fazer os negócios, de exercer o mando, de reprimir o dissenso, mas sempre alinhados aos interesses de dominação e acumulação externos.

Com isso, Florestan Fernandes questionava a possibilidade do Estado “desenvolvimentista” em limitar a atuação das grandes empresas estrangeiras e do capital

³⁴ Sobre o conceito de autocracia burguesa em Fernandes, além de *A Revolução Burguesa no Brasil* ([1975] 1976, cap. 7), ver: Cardoso (1997; 1987), Araujo (2011), Botelho e Brasil Jr. (2020) e Arantes (2014, cap. “1964”).



internacional, bem como o desenvolvimento capitalista na periferia como um processo de “racionalização” e fragmentação dos elementos arcaicos de um passado colonial que ainda insistia em se recolocar³⁵. A industrialização pesada realizada no governo Kubitscheck, elaborada conforme os objetivos de acumulação das grandes corporações e sob os imperativos de dominação do imperialismo total; e se aproveitando da segregação social, da concentração de renda e propriedade e das formas violentas de mando, teve como sentido histórico mais profundo a reafirmação do *capitalismo dependente no Brasil*, reforçando a dupla articulação e implantando, a partir de dentro e em todos os aspectos da vida – do operário e do trabalhador rural aos capitalistas “nacionais” etc. – formas de controle sociais, políticas e culturais que alinhavam e aproximavam as aspirações desses grupos aos interesses externos de acumulação de capital e a continuidade do capitalismo na periferia (Fernandes, [1975] 1976, p. 249–250).

Refletindo sobre a “qualidade” da sociedade brasileira que se consubstancia desse processo em seu último artigo, publicado na *Folha de São Paulo* em 11 de agosto de 1995, no dia seguinte ao seu falecimento, Fernandes sintetizava a discussão que viemos realizando:

No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, com desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribui-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis. Essa situação atenuou-se com a industrialização, porém apenas em algumas áreas. Nas demais, o subdesenvolvimento regional alimentaria o agravamento constante dos desequilíbrios. E, mesmo aquelas regiões ditas desenvolvidas, acabaram vitimadas pelas migrações intensivas e contínuas. *O subdesenvolvimento, em suma, tem alimentado o desenvolvimento. Esse paradoxo só desaparecerá quando os de baixo lutarem organizadamente contra a espoliação, exigindo transformações profundas na política econômica, nas funções do Estado e na estrutura da sociedade de classes* (Fernandes, 1995b; grifos nossos).

³⁵ A esse respeito, Arantes (2014, cap. “1964”, nota 22), interpretando William Scheuerman (*Liberal Democracy and the Social Acceleration of Time*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004, p. 151-8) sobre a dinâmica mundializada da acumulação, escreve: “a cultuada afinidade eletiva entre o capitalismo moderno e *the rule of law*, que Weber enunciara como uma cláusula pétreia, talvez tenha sido não mais que um efêmero entrecruzamento histórico”. Pensamos que Florestan Fernandes caminha para uma leitura semelhante à feita por Arantes.



4. Conclusões

Vimos que tanto para Furtado como para Fernandes, o desenvolvimento industrial da segunda metade dos anos 1950 carregava duas possibilidades: a superação do subdesenvolvimento e da dependência externa. Elas resumem o que, ao longo desse trabalho, chamamos de “promessas da industrialização”. A defesa das reformas democráticas dos 1960, a ênfase no planejamento industrial, na disciplina ao capital internacional, todos se articulavam em torno da ideia de que a industrialização, racionalmente elaborada, ampliaria a oferta de bens e mercadorias ao conjunto da sociedade, desconcentrando a renda através do assalariamento, incorporando as massas à cidadania social através da organização sindical, dos partidos políticos, da participação cultural efetiva.

Contudo, lembramos aqui do questionamento de Schwarz (1967): “o vanguardista está na ponta de qual corrida?”. Vimos com as interpretações de Furtado e Fernandes que o progresso do capital e o da sociedade não convergiram nas periferias dependentes. E ambos apontam que no período “desenvolvimentista” do governo Kubitscheck tanto o subdesenvolvimento pôde ser aproveitado para os interesses de acumulação do capital internacional, como o modo associado com que a industrialização se realizou reforçou a dependência externa.

Celso Furtado ensina que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento capitalista, mas o resultado da forma de expansão da “civilização industrial” nas periferias, pela via da modernização dos padrões de consumo que eram gerados nos centros. Foi essa demanda mimética que impulsionou a substituição de importações na primeira metade dos anos 1930 e acabou por definir o estilo de desenvolvimento industrial do capitalismo brasileiro, reforçado e consolidado após 1956 com a entrada das empresas transnacionais produtoras de bens de consumo duráveis. Essas empresas, ao comandarem o setor industrial mais dinâmico e o processo de geração e difusão de tecnologia na economia periférica, estimularam formas de consumo que intensificaram a tendência à concentração de renda e a segregação social, frustrando as possibilidades do desenvolvimento nacional em bases autônomas, ampliando a heterogeneidade social e a destruição ecológica e aprofundando as condições de



subdesenvolvimento e da dependência – econômica e cultural – do conjunto da sociedade brasileira aos “centros da civilização industrial”.

Florestan Fernandes avança em relação à Furtado, ao observar que há uma racionalidade imperialista que orientou todo o processo de industrialização dependente. Associando a exportação de capital no pós-guerra ao momento de contrarrevolução mundial do capitalismo, observa que a modernização se fez em função da continuidade da dominação burguesa na periferia. Nesse sentido, a entrada das grandes corporações e da rede de agências a elas associadas são apontados pelo autor como uma nova forma de controle social, típico do capitalismo monopolista-dependente e capaz de, desde então, organizar a sociedade por completo e a partir de dentro, em todos os seus aspectos e sentidos. Com isso Fernandes conclui que a industrialização pesada, que nos 1950 e 1960 parecia criar uma indústria com autonomia relativa, na verdade mascarava a rearticulação do capital internacional com a burguesia brasileira. A entrada das grandes corporações estrangeiras produtoras de bens de consumo duráveis teve por sentido histórico mais profundo a reincorporação da economia brasileira no quadro mais geral de especialização das nações capitalistas, agora sob o imperialismo total e a hegemonia dos Estados Unidos.

Concluindo o debate, as interpretações dos autores que estudamos sintetizam as possibilidades e impossibilidades de superação do subdesenvolvimento durante a industrialização pesada do Plano de Metas. O conceito de desenvolvimento de Celso Furtado permite reabrir a “utopia” de superação do subdesenvolvimento e da dependência e, ao mesmo tempo, questionar os rumos do desenvolvimento na periferia, comandado pelas empresas transnacionais produtoras de bens duráveis e cada vez mais destrutivo em todos os seus aspectos (culturais, sociais, ecológicos, políticos, éticos etc.). As interpretações de Florestan Fernandes aprofundam a discussão, expondo as contingências sociopolíticas à realização da “utopia” desenvolvimentista, e mostrando que o avanço capitalista na periferia repõe, em cada nova fase da dominação externa, as formas de exploração “arcaicas” de um passado colonial mal equacionado, pois funcionais à continuidade da dominação na periferia. Juntos, fornecem uma interpretação rigorosa e inconformista sob um dos momentos mais dinâmicos e conturbados da nossa história, nos convidando a pensar criticamente nossa experiência de rápido desenvolvimento e os



impedimentos democráticos à construção da Nação, à superação do subdesenvolvimento e da dependência externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Rosa Freire D'. Celso Furtado - um retrato intelectual. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 10, n. 17, p. 122–127, 25, Abr/2018.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo (e outros estudos sobre a era da emergência)*. São Paulo: Boitempo, 2014. (Coleção Estado de Sítio).
- ARAÚJO, Gustavo Pinto De. Contrarrevolução permanente e manutenção da condição dependente no Brasil. *Em Debate*, n. 6, p. 171–193, 26, Ago/2011.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo Social*, v. 22, n. 1, p. 9–27, Jun/2010.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs, 2002. p. 183–230.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Do “Manifesto Latino-americano” de Raul Prebisch aos dias de hoje: 70 anos de estruturalismo na CEPAL. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 24, 1, Jan/2020.
- BOLELLI, Rayssa Deps. *Imperialismo e exportação de capitais no Brasil da Primeira República (1889-1930)*. 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- BOTELHO, André; BRASIL JR., Antonio. A Revolução Burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Contracorrente, 2020. p. 536.
- BRASIL, Presidência da República. *Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, 1958.
- CAMPOS, Fábio Antonio de. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. 2009. Tese (doutoramento) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- _____. Apresentação: da autora da revolução brasileira às trevas da contrarrevolução. In: CAMPOS, Fábio Antonio de (Org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 7–12.
- _____. *Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o segundo governo Vargas e o governo Castelo Branco (1951-1966)*. 2003. 173 f. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- _____. Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 162, p. 79–83, Nov/2014.
- CANCELLI, Elizabeth; MESQUITA, Gustavo; CHAVES, Wanderson. *Guerra fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Alameda, 2019.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1987. (Série Temas; Estudos literários, v. 1).



- CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira De. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 39, n. 3, p. 513–538, Set/2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987. p. 23–30.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. “*Coleção Documentos*”, Instituto de Estudos Avançados - USP, Jul/1997.
- _____. Sobre A Revolução Burguesa no Brasil. In: D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987. p. 242–250.
- CEPAL, Nações Unidas. *El desarrollo social de América Latina en la postguerra*. 1963.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Editora UNESP, 1987. p. 48–53.
- _____. Prefácio: Como um hobby ajuda a entender um grande tema. In: WEBER, M. *Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. Tradução Leopoldo Waizbort. São Paulo: Edusp, 1995. p. 9–20.
- FERNANDES, Florestan; FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 129–172, Abr/1996.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - USP, 1964.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1975] 1976.
- _____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1962] 1976.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1973] 1975.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995a.
- _____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1959] 1972.
- _____. La persistencia del pasado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 28, n. 4, p. 787–811, Dez/1966.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, [1960] 1974.
- _____. O rateio da pobreza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11/Ago/1995b. Brasil. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/11/brasil/39.html>>. Acesso em: 14 abr 2021.
- _____. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, [1981] 2015.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, [1968] 2008.
- FURTADO, Celso; AGUIAR, Rosa Freire D'. *Anos de formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado*. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.
- _____. *Celso Furtado: correspondência intelectual (1949-2004)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, [1973] 1975.
- _____. *A Nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1982] 1983.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, [1961] 2009.
- _____. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Editora Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, [1948] 2001.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, [1959] 1961.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Obra autobiográfica: fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1966] 1968.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, [1968] 1969.
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. 2009. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.
- IANNI, Octávio. Sociologia Crítica. In: D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987.
- KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino. *JK - Discursos proferidos no terceiro ano do mandato presidencial, 1958*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo*. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970.
- OLIVEIRA, Francisco De. *Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. Artepensamento*. 2003. Disponível em: <<https://artepensamento.com.br/item/dialogo-na-nova-tradicao-celso-furtado-e-florestan-fernandes/>>. Acesso em: 1/abr/2020.
- PAULA, João Antonio De. Celso Furtado, a história e a historiografia. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 10, n. 17, p. 144–165, 25/Abr/2018.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1/Jul/1949.
- RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *A Questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. 2005. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia; CAMPOS, Fábio Antonio de. Imperialismo total e educação na revolução burguesa no Brasil (1946-1985). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 18, n. jul./set. 2018, p. 698–718, 2018.



- SAMPAIO JR, Plínio Arruda. Celso Furtado: o último romântico. *Crítica Marxista*, p. 160–164, 2005.
- _____. O Impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís. (Org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. Notas sobre a vanguarda e conformismo. *Teoria e Prática*, p. 127–132, 1967.
- _____. Roberto Schwarz reflete sobre quatro tentativas de modernização do Brasil. *Folha de São Paulo*, 21/Jul/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/07/roberto-schwarz-reflete-sobre-quatro-tentativas-de-modernizacao-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 12 dez 2018.
- VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Passado colonial e reversão no Brasil contemporâneo. In: CAMPOS, Fábio Antonio de. (Org.). *Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial*. Marília: Lutas Anticapital, 2018. p. 13– 34.
- VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: um pensador social brasileiro. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 14–30, 5 Mar 2021.
- _____. Entrevista com Celso Furtado. *História Oral*, v. 7, n. 0, 24/Jul/2009. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=74>>. Acesso em: 13/jan/2021.
- VIEIRA, Wilson. A relação entre o subdesenvolvimento, o planejamento democrático e a construção da nação no pensamento de Celso Furtado (1948-1964). n. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, p. 33, 2015.